

## PRÁTICAS EDUCATIVAS NO GRUPO ESCOLAR TENENTE CORONEL JOSÉ CORREIA, EM ASSÚ/RN (1911-1927)

Antonia Milene da Silva (UERN)

**RESUMO:** Este estudo analisa práticas educativas desenvolvidas no Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia em Assú- Rio Grande do Norte (1911-1927), tentando compreender o processo de renovação da educação escolar primária na referente cidade. Integra-se à Linha de pesquisa Estudos históricos da educação feminina e práticas de professoras, e ao Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED), da UERN/ Campus de Assú. Fundamentamo-nos em Pinheiro (1997) e Faria Filho (2002) por discutirem a educação primária e a presença dos grupos escolares na educação brasileira. A investigação se concentra em arquivos da escola pesquisada, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e em arquivos privados. Dentre as fontes utilizamos o Código de Ensino de 1911 do RN e o Regimento Interno dos Grupos Escolares. Evidenciou-se que o Grupo Escolar em estudo foi fundado em 07 de setembro de 1911 com a intenção de suprimir as escolas de primeiras letras e disseminar a proposta pedagógica renovada, propiciando práticas de ensino modernas, embasadas no método intuitivo, que propunha a exploração dos sentidos e o desenvolvimento das faculdades intelectuais do educando. Reconstituir as práticas educativas dessa instituição contribui para a construção da história da educação primária potiguar.

**Palavras-chave:** História, Grupo Escolar, Educação Primária.

O presente estudo objetiva analisar práticas educativas no Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, em Assú – RN, no período de 1911 a 1927, com o intento de compreender os processos de renovação da educação primária na referida cidade. A construção deste objeto se deu a partir da nossa trajetória em pesquisa que começou a ser construída com o ingresso no curso de pedagogia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, em 2005.

Ainda no início da graduação, deparamo-nos com a disciplina História da Educação Brasileira, onde tivemos oportunidade de estudar processos educacionais ocorridos no Brasil, como a criação das instituições denominadas de grupos escolares, no final do século XIX e primeiras décadas de XX. Tema que chamou nossa atenção e o desejo em estudá-lo.

Desde então começamos a nos envolver, de forma voluntária, no Projeto de Pesquisa *História da educação formal de mulheres em Assú/RN (1920-1955)*, integrado à Linha de pesquisa “Estudos históricos da educação feminina e de práticas de professoras”, que faz parte do Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED), da UERN/ Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão, na cidade de Assú.

Em atividade do referido projeto de pesquisa tivemos acesso aos arquivos assuenses, onde encontramos fontes que mostraram vestígios sobre as ações docentes naquele grupo escolar. Essas pistas apontam para a adoção de novos processos didático-pedagógicos, embasados em princípios da pedagogia moderna e no método intuitivo.

Outro fator que nos fez desejar desenvolver estudos sobre as ações educativas exercidas no referido estabelecimento foi o contato com o estudo de Pinheiro (2001), Pesquisadora que analisa a educação assuense no período compreendido entre 1876 a 1954, debruçando-se nas práticas educativas da professora e poetisa Sinhazinha Wanderley. A autora se reporta ao Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, onde Sinhazinha Wanderley, através de novos métodos educativos, adere ao teatro e à música como recursos pedagógicos, não praticando em suas aulas os castigos físicos.

Essa trajetória nos fez compreender que um trabalho dedicado às práticas educativas dessa instituição teria muito a revelar sobre a educação na cidade de Assú. Esse caminho trilhado nas leituras e nas fontes sobre a educação assuense foi primordial para a construção do nosso objeto de estudo.

Para a pesquisa que estamos desenvolvendo, utilizamos documentos provenientes de acervos da escola pesquisada e de arquivos públicos e privados, como: atas de reuniões, fotografias, jornais, legislações educativas, Regimento interno dos grupos escolares e outros documentos. Também estamos subsidiados em autores que discutem a educação primária e os grupos escolares no contexto brasileiro, tais como: Faria Filho (2000), Pinheiro (2001), Moreira (1997). Com a pesquisa desses materiais, entramos na etapa de seleção dos documentos que podiam nos fornecer informações para a seguinte pergunta: Como se processava as práticas educativas naquele estabelecimento no período estudado?

Os estudos de Pinheiro (2001) apontam acerca da implantação dos grupos escolares como um processo para a construção de uma sociedade que pretendia se tornar moderna. De acordo com a autora, o novo modelo de sociedade exigia mudanças na área educacional, transformando a escola na sua estrutura física e no campo organizacional.

Em Assú, esse tipo de estabelecimento também seguia esses moldes. O ambiente físico respondia às exigências das regras de higiene, materiais pedagógicos eram voltados para aplicação dos novos métodos educativos e a organização do ensino atendia às expectativas de funcionamento do novo modelo escolar, a exemplo da ação docente empregada pelos professores.

Moreira (1997) enfatiza a atenção que se tinha com a construção e a localização dos prédios educacionais. Havia a necessidade de um planejamento criterioso relacionado à edificação dos grupos escolares, sendo esse ainda, submetido à avaliação do Conselho de Instrução Pública do Rio Grande do Norte. Essa preocupação com a construção dos novos

espaços refletia os ideais políticos governamentais “de formar o homem público para uma sociedade moderna”. A respeito desse assunto Moreira (1997) acrescenta:

Externamente, havia grande preocupação com a localização do prédio em relação ao sol e ao terreno em que seria erguido, este teria que ser elevado e seco, isolado de outros prédios, afastados da área industrial, de pântanos, e ainda, segundo as prescrições do Código de Ensino de 1911, afastados de *logares suspeitos*.

É o que confirma a Lei nº 405 de 29 de novembro de 1916, que reorganiza o ensino primário, secundário e profissional do estado do Rio Grande do Norte, quando se refere aos prédios escolares,

Art. 12. –Os prédios escolares serão construídos no centro de terreno elevado e secco, sem ligação com outros prédios, devendo ficar situados fora dos centros urbanos de grande movimento e da vizinhança de estabelecimentos commerciaes ou casas de diversões que possam prejudicar a freqüência e a moralidade escolar.

Havia também uma grande preocupação com a estrutura física dos prédios escolares, pois a arquitetura moderna seria um dos focos centrais do novo cenário urbano, como destaca Bencostta (2005, p. 70):

A localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visíveis, enquanto signos de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime.

De acordo com estudo de Faria Filho (2000) que discute a instrução elementar no Brasil, foi a partir do século XIX que começaram a perceber a necessidade de escolarização para o povo, inclusive para negros, índios e mulheres. Conforme o autor, as mudanças no ensino ocorreram aos poucos, através de Leis e Decretos que foram acrescentando ao currículo, novas perspectivas educacionais.

Segundo ele, eram vários os modelos de escolarização que vigoravam em meio ao século XIX, quase sempre funcionando em lugares improvisados, pequenos, salubres e anti-higiênicos. Com o progresso do país e com a valorização educacional, a escola em residências passa a ser criticada pelo novo ideário educacional. Dessa forma os grupos escolares começam

a ser construídos trazendo várias novidades educativas, dentre elas, a implantação das escolas seriadas, agrupando alunos de acordo com a idade e níveis de aprendizagem. Com a construção dessas instituições, o governo explicitava claramente sua intenção de mostrar o antes e o depois do governo republicano, no que concerne ao setor educativo.

Os grupos escolares começaram a ser implantados no contexto brasileiro em 1893, quando foi inaugurado, no estado de São Paulo, o primeiro grupo escolar do país. Os grupos escolares desse estado serviram de base para o restante do país.

No início do século XIX, São Paulo e o Rio de Janeiro estavam se consolidando como metrópoles e se destacavam como centros mais modernos do país. Sobressaía também, no setor educacional, principalmente o estado de São Paulo, que estava servindo de parâmetro pela organização educativa e administrativa de seu sistema educacional. Sempre entusiasmado com o movimento da modernização, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1908-1913), o então Governador do Estado do Rio Grande do Norte, envia o diretor da Escola Normal de Natal, Nestor dos Santos Lima, para conferir de perto a sistemática de ensino oferecida nas escolas desses estados.

Em mensagem proferida ao Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte, em 1913, o Governador escreve (p.14):

Por acto de 28 de dezembro do anno passado, commissionei o director da Escola Normal, dr. Nestor dos Santos Lima, para observar os melhoramentos introduzidos na technica do ensino primário e normal do Rio de Janeiro e São Paulo, afim de applical-os nos estabelecimentos officiaes do estado.

A partir dessa experiência, Nestor Lima elabora um relatório descrevendo minuciosamente o funcionamento, a estrutura, a organização e os métodos empregados naquelas instituições. Assim, sob a ótica dos grupos escolares e escolas normais paulistas que o nosso estado sistematiza a educação potiguar e expande esse modelo educacional aos vários municípios do estado.

A reforma empreendida por Francisco Pinto de Abreu trouxe uma nova orientação pedagógica para serem adotadas nos grupos escolares. Com o Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908, foram introduzidas na educação potiguar princípios da pedagogia moderna e do método intuitivo. Outra inovação dessa reforma foi a defesa da abolição dos castigos físicos praticados em sala de aula, implantando o sistema de premiação como maneira de incentivar e motivar o aluno. Em contrapartida, foi criada uma sistemática de punições, ditas psicológicas, como ressaltam Medeiros e Medeiros (2004, p. 06):

(...) A criança aprenderia sem ser castigada pelos seus erros e sim recompensada pelos seus acertos. Quando errasse ao invés de receber castigos corporais as crianças recebiam repreensão, apenas como: a) repreensão perante a classe; b) privação de recreio, com execução de tarefas; c) retirada de cartões de boa nota; d) exclusão de quadro de honra; e) suspensão de três dias, com aviso ao responsável e à autoridade escolar; f) suspensão até oito dias; g) exclusão definitiva.

É o que confirma o Código de Ensino de 1911 (p. 109):

Art. 143. - São proibidos os castigos corporaes; a base da disciplina é o affecto recíproco dos mestres e discípulos.

Art. 144. - Como meios accessorios, os professores poderão empregar moderadamente prêmios e penas estatuídas nos Regimentos respectivos.

Segundo Araújo (1982, p. 120), Pinto de Abreu compreendia o currículo como,

[...] Leitura e Escrita, Contabilidade, Lições de Coisas, Língua Nacional, Noções de Geografia, Rudimentos de História Pátria, Instrução Moral e Cívica, Economia Doméstica, Desenho, Cantos Escolares, Trabalhos Manuais, Exercícios Físicos.

No Rio Grande do Norte a implantação do Grupo Augusto Severo se deu a 12 de junho de 1908 na capital potiguar (cf. SILVA, 2007). Esse estabelecimento foi o primeiro no estado a seguir o modelo dos grupos escolares paulistas, servindo de referência e modelo para os demais grupos do estado.

O Decreto 261 de 28 de dezembro de 1911, que cria o Código de Ensino, se refere ao Grupo Modelo como instituição apta para a preparação dos alunos da Escola Normal de Natal, como traz o artigo abaixo,

Art. 11º - O governo manterá na capital o Grupo Escolar “Augusto Severo”, destinado a realizar os typos de ensino primário official e à instrucção pratica dos alumnos da Eschola Normal.

Essas instituições foram criadas para atingir um dos objetivos do governo republicano, o de reformar o sistema educacional brasileiro, tendo em vista que nesse período a sociedade estava passando por diversas transformações sociais, políticas, culturais e educacionais. Assim, o governo tratou de utilizar a educação como um meio de transmissão de valores culturais considerados necessários para se atingir as novas perspectivas de vida e de trabalho da época. Com esse objetivo, implantaram estabelecimentos educativos comprometidos com a modernização da sociedade. Como ressalta Pinheiro (1997),

A nova ordem social acaba por impor mudanças radicais também no campo da educação, passando a escola por transformações marcantes não apenas no que se refere à estrutura física mas, também e sobretudo, a uma nova forma de organização tanto administrativa, quanto didático-pedagógica.

Em Assú, esse modelo de estabelecimento foi criado por ordem do Decreto Nº 254, no dia 07 de setembro de 1911, em governo de Alberto Maranhão, período que iniciava, no Rio Grande do Norte, o processo de expansão desse modelo escolar. A data escolhida para a inauguração do grupo escolar em Assú está relacionada ao sentimento patriótico que tomava conta da nova sociedade brasileira.

Tal instituição recebeu o nome de Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, em homenagem ao juiz de direito Tenente Coronel José Correia, que foi o idealizador e um dos principais defensores da implantação dessa instituição de ensino na cidade de Assú, considerando que o município era completamente desprovido de estabelecimento educativo público, e que o ensino primário era destinado à minoria social.

Escrevendo no Jornal *Tribuna do Vale do Açu*, Pinheiro (2006), cita mensagem proferida no dia 10 de janeiro de 1910 pelo então Governador Alberto Maranhão, quando tomou conhecimento do fato:

“Aquele belo torrão / Aquela zona querida / Deu mais um sinal de vida / No terreno da instrução!”  
“É que a idéia se alardeia / E medra como semente... / Muito bem doutor Correia / Mãos a obra e... Passo à frente! [...]”.

Com a inauguração, quem assumiu a diretoria foi o professor Luís Correia Soares de Araújo, formado pela Escola Normal de Natal. Esse educador dirigiu o grupo escolar de Assú até o ano de 1913. Até hoje é considerado um dos mestres que mais contribuiu para a educação dos norte-rio-grandenses.

De acordo com Amorim (1929), as disciplinas ofertadas, inicialmente, no Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia eram: ensino de português, arithimética, história, geografia, educação física. Educação moral e cívica e economia doméstica. Essas últimas disciplinas tinham como propósito civilizar a sociedade, buscando manter a ordem e o progresso da nação, pois acreditava que se as crianças tivessem acesso a essa educação, cresceriam conscientes de suas ações enquanto cidadãos republicanos. Sobre esse assunto complementa Silva (2004, p. 98): “Nessa perspectiva, a criança viveria na escola experiências, que depois na fase adulta, colocaria em prática na vida social”.

Desse modo, as disciplinas tinham como fator primordial disseminar e divulgar os ideais republicanos. Por esse motivo, a educação era concebida como a responsável pela organização da nação, formando, moldando, lapidando e repassando valores aos indivíduos. Esse programa de ensino empregado na escola graduada esperava alterar por meio da uniformidade escolar, padrões antes existentes na sociedade e atingir a homogeneidade no ensino brasileiro. A exemplo do calendário anual proposto para todos os grupos escolares estaduais, como trazem Araújo e Moreira (2006, p. 2002),

A escola graduada comportava muitas outras dimensões, abarcando a abertura o término das classes de aulas (1º de fevereiro a 14 de novembro), a regularidade do horário das classes de aula (das 7 às 11 horas e das 13 às 17 horas, com intervalo de meia hora para o recreio), o calendário de férias (16 de novembro a 31 de janeiro e entre 22 de junho e 1º de julho), a natureza dos exames (provas escritas, orais e práticas) e os dias feriados (domingos, Carnaval, Semana Santa, festas juninas, feriados nacionais e do estado)

Conforme o código de Ensino, a instrução educacional processada no estabelecimento deveria ser de caráter leigo, gratuito e também voltado às crianças pobres, como destacado no artigo abaixo (p. 91):

Art. 6º- O ensino é leigo e gratuito. A nenhum mestre é permitido o doutrinamento religioso de qualquer natureza, ainda mesmo solicitado pelos Pais e responsáveis dos alumnos, nem a percepção de gratificações por motivo de ensino publico.

A mudança no ensino previa também modificações no trabalho docente, a começar pela formação profissional exigida a todos os professores que lecionavam nos grupos escolares. O curso normal no estado era oferecido pela Escola Normal de Natal, com duração de quatro anos. No final, o estágio ocorria no Grupo Escolar Modelo Augusto Severo.

A ação do professor, no seu cotidiano em sala de aula, estava sendo modificada com a adoção de vários documentos como, diários, fichas pedagógicas, planos, relatórios e, acrescentando, o professor deveria adotar, a partir de então, procedimentos didático-metodológicos baseados em princípios do método intuitivo de ensino, como está registrado no Regimento Interno dos Grupos Escolares (Art.75, p. 30):

e)-ensinar todas as materias do programma e concretizar o ensino, adaptando os processos intuitivos e evitando, quando possível, o modo individual e a aprendizagem puramente de memória;

Os professores que se destacassem pelo seu trabalho e dedicação na utilização dos princípios do Método Intuitivo de Ensino eram recompensados com premiações como, viagens, medalhas e gratificações adicionais sobre seus salários, como mostra o Registro Profissional do Código de Ensino de 1911 (p. 95)

Art. 42º - ao professor que se distinguir pela sua competencia e dedicação, a juizo do Conselho de Instrucção, além das preferências legais em concursos de títulos, poderá o Governo conceder as seguintes recompensas:

- a) Viagem fora do Estado para observar e relatar os progressos do ensino;
- b) Premio Pestalozzi, consistindo em medalha de ouro, com effigie do celebre reformador;
- c) Premio Froebel, consistindo em medalha de prata, effigie do notavel pedagogo.

O ensino agora não mais privilegiava na sua prática, aulas meramente expositivas, com métodos mnemônicos, decorativos. A legislação indicava que o professor deveria procurar despertar o interesse do aluno com aulas criativas, desenvolver explicações envolventes, perguntas instigantes que proporcionassem a participação dos educandos, e diversas outras atividades como, dança, canto, dramatizações e passeios.

No Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, também foram inaugurados esses novos preceitos pedagógicos, como a utilização de novos recursos que ajudariam a auxiliar na aprendizagem do aluno. Através dos estudos de Pinheiro (1997; 2001), percebemos que existiam nas salas de aula, figuras, mapas geográficos e outros recursos que deixavam as salas coloridas, alegres, propícia para o aprendizado.

Uma das professoras do grupo escolar estudado, Sinhazinha Wanderley, que lecionou nesta instituição por mais de 40 anos, sempre procurou, através de suas atitudes enquanto professora, desenvolver atividades prazerosas, lúdicas. Essa educadora procurava trabalhar a leitura, a escrita, o canto e sempre introduzia aulas-passeio.

Essas aulas-passeio tinham, principalmente, o objetivo de desenvolver atividades de civismo nos alunos, conscientizando-os de suas ações enquanto cidadãos republicanos, ou seja, esses momentos eram utilizados para incentivar a formação moral e patriótica.

A esse respeito, o Regimento Interno dos Grupos Escolares (p.17) pontua:

Art. 35- A formação do caracter do educando deve der uma das maiores preocupações do professor: para isso, elle procurará investigar a feição moral de seus alumnos, não só indagando dos Paes e responsáveis quaes seus hábitos e tendências, como também observando-os durante a classe, recreio, entradas e saídas, e nas suas relações mutuas (Art. 50 da Lei 405).

Tais aulas tinham também o propósito de tornar as atividades escolares mais práticas. O aluno tinha a possibilidade de observar, vivenciar, experimentar o conteúdo conforme sugere o método intuitivo.

Com o novo cotidiano escolar, surgia a preocupação com a higiene e a formação de um povo ordeiro, educado, organizado, limpo não só fisicamente como também, mentalmente. A prática de “fiscalização” a esse respeito era constante na escola, conforme aponta o Regimento Interno dos Grupos Escolares (p. 18):

Art. 39- Antes do inicio dos trabalhos de cada dia, haverá revistas de asseio não só do corpo, como das roupas, devendo o professor providenciar para que seja sanada qualquer falta que encontrar, sem expol-a ao ridículo. (art. 55 da lei 405).

No âmbito dessas transformações educacionais, a instituição pesquisada procurou desenvolver práticas educativas modernas, embasadas no Método Intuitivo de Ensino, propondo a exploração dos sentidos e o desenvolvimento das faculdades intelectuais do educando, investindo em matérias de estudo com preceitos de cientificidade e na abolição de castigos físicos.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Pedro. *O município de Assú: memória oferecida ao Congresso Econômico do Estado*. Natal: Imprensa Oficial, 1929.

ARAÚJO, Maria Marta de. *Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à primeira república*. Dissertação de mestrado. Natal, PRAEU, 1982. (coleção de textos acadêmicos – nº 294)

ARAÚJO, Maria Marta de; MOREIRA, Keila Cruz. O Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo” e a educação da criança (Natal-RN, 1908-1913). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOAS, Maria Helena Câmara. *Histórias e memórias da educação no Brasil – século XX*. Petrópolis: Vozes, 2005, v. 3.

DEPARTAMENTO de Educação. *Regimento Interno dos Grupos Escolares*. Tipografia da República, 1925.

DEPARTAMENTO de Educação. *Actos Legislativos e Decretos do Governo*. Natal: Tipografia da República, 1912.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX, In: TEIXEIRA, Eliane Marta, et alii. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MEDEIROS, Adriana Moreira Lins de. MEDEIROS, Cristiana Moreira Lins de. O espaço escolar como templo de civilização: o ensino primário, no Rio Grande do Norte. *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação*. Curitiba: PUC, 2004. CD ROM.

MOREIRA, Keila cruz. Grupos Escolares – modelo cultural de organização (superior) da instrução primária (Natal, 1908-1913). Natal: UFRN. Monografia (especialização em educação, 1997).

PINHEIRO, Ivan. Feliz aniversário. *Tribuna do Vale do Açu*, 02 de set. 2006, p. 4 e 5.

PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão. A professora sinhazinha Wanderley e o grupo escolar Tenente Coronel José Correia. In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de (Org.). *A mulher em nove versões*. Natal: EDUFRN, 2001.

\_\_\_\_\_. *Sinhazinha Wanderley: o cotidiano de Assú em prosa e verso (1876-1954)*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutorado. (Doutorado em Educação) 1997.

*RN - Mensagem dos governadores*. Natal: Tipografia da República, 1913.

SILVA, Francinaide de Lima. Grupo Escolar Augusto Severo, um modelo de instituição. In: *Anais do 18º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste*. De 1 a 4 de julho. Maceió: UFAL, 2007. CD Rom.

SILVA, Maria da Conceição. *Reconstruindo práticas: significações do trabalho de professoras na década de 1920*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Educação), 2004.